

A EXPERIÊNCIA DOS GRUPOS DE TRABALHOS DE MULHERES INTEGRANTES DOS COLEGIADOS TERRITORIAIS

Data de aceite: 01/08/2023

Cristiane Nascimento Santos

Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT/UNIVASF.

Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira

Docente do Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT/UNIVASF.

Helder Ribeiro Freitas

Docente do Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT/UNIVASF.

1. INTRODUÇÃO

A política de desenvolvimento territorial no Brasil, pensada como investimento de políticas públicas e programas governamentais em territórios, tomou corpo nos governos Lula. Porém, a abordagem territorial já era discutida desde a década de noventa como afirma Cavalcanti, *et al* (2014) a questão

territorial no Brasil no final dos anos 1990 começa a se desenhar, como resultado da convergência de iniciativas dos movimentos e organizações sociais, da comunidade acadêmica, de instâncias governamentais e da cooperação internacional.

Mas efetivamente, no Brasil, a política de Desenvolvimento Territorial começou a ser implantada na primeira gestão do Governo Lula 2003-2007, com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT¹. A SDT tinha como principal missão contribuir na organização e no fortalecimento institucional dos atores sociais, com foco na gestão participativa e no desenvolvimento sustentável e na promoção e implementação de políticas públicas (MDA, 2015).

A Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT, apresentava uma agenda de articulação intersetorial, interfederativa e participativa para promover o desenvolvimento rural tendo como

¹ A SDT como a extinção do MDA passa a partir do Decreto 8.780 de 27 de maio de 2016 e estava tutelada pela Casa Civil da Presidência da República.

referência prioritária os territórios com maior concentração da pobreza e da desigualdade. Adota-se a noção do território como uma construção social, política, além de um espaço em que a prática dos sujeitos sociais assume papel crucial na orientação do desenvolvimento (BUTTO, 2014). A SDT tinha como finalidade articular, promover e apoiar as iniciativas da sociedade civil e dos poderes públicos, em prol do desenvolvimento dos Territórios onde predominam agricultores familiares e beneficiários da reforma e do reordenamento agrário. Cria-se então o Programa Territórios de Identidade que era desenvolvido pela SDT e trazia os princípios básicos da democratização de políticas públicas, a descentralização das decisões para os níveis regionais, regionalização das ações na aplicação de recursos e na execução, avaliação e implementação de políticas públicas e de projetos.

O programa Territórios de Identidade, visa a implementação e discussão de ações governamentais com a participação ativa da Sociedade Civil Organizada, através de Colegiados Territoriais. Já em 2008, foram instituídos os Territórios da Cidadania que tratava-se de uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltados às regiões do país que mais precisam, com objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania. Esse programa trabalhava com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada território, com a participação da sociedade civil organizada. Em cada território, um Conselho Territorial composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade determinaria um plano de desenvolvimento e uma agenda pactuada de ações.

Entre as muitas ações previstas para serem implementadas nos anos de 2009 e 2010 estava o “Projeto Mulheres e Autonomia: fortalecendo o acesso das trabalhadoras rurais às políticas públicas nos Territórios da Cidadania no Nordeste Brasileiro”. Esta ação foi executada em 36 (trinta e seis) Territórios, localizados na Região Nordeste, com exceção do Estado do Maranhão. Na Bahia foram beneficiados 07 (sete) territórios (Irecê, Velho Chico, Chapada Diamantina, Sertão do São Francisco, Litoral Sul, Sisal e Semiárido Nordeste II). Toda essa ação foi implementada pelo Centro Feminista 8 de Março (CF8), uma organização não-governamental com sede em Mossoró/RN e com ampla experiência na implantação e execução de ações ligadas às mulheres rurais.

Este Projeto foi financiado pelo MDA, por meio da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais - DPRM. Entre as atividades realizadas estavam a criação ou fortalecimento de Comitês, Grupos Temáticos ou Câmaras Temáticas de Mulheres, integrantes dos Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETER).

A experiência desenvolvida por esse projeto revela importantes estratégias que ao estimular processos que levam à autonomia das mulheres, enfrentam, questões históricas que reproduzem as relações desiguais entre mulheres e homens (BUTTO, 2012).

Neste cenário, o objetivo do artigo é apontar e analisar o atual estágio de organização, funcionamento e protagonismo dessas institucionalidades na dinâmica dos CODETER.

Para as pesquisadoras feministas que assinalam que o estudo das mulheres acrescentaria não só novos temas, como também iria impor uma reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existente. (SCOOT, 1990).

A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa, através do levantamento e estudo de materiais produzidos à época do Projeto a exemplo da Revista Mulheres Rurais e Autonomia e dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável e Solidário - PTDSS. Foi realizado, também, contato telefônico ou por e-mail com representantes dos comitês, grupos de trabalho ou câmaras técnicas, para conhecer a dinâmica atual destas instâncias nos CODETER, buscando informações mais concretas sobre o atual estágio da articulação. Por fim, foi feita uma análise das informações fornecidas pelas representantes para apresentar e discutir os desafios e avanços identificados.

O artigo está dividido em cinco partes, sendo: introdução, referencial (dividido em dois capítulos – 1. Política de Desenvolvimento Territorial e 2. As instâncias Colegiadas – Os Comitês Territoriais de Mulheres) e por fim as considerações finais.

2 . POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A abordagem territorial do desenvolvimento toma corpo no Brasil no final dos anos 1990, como resultado da convergência de iniciativas dos movimentos e organizações sociais, da comunidade acadêmica, de instâncias governamentais e da cooperação internacional. (Cavalcanti, *et al*, 2014).

De acordo com Abramovay (2005) um território não consiste simplesmente em atributos naturais. Segundo o autor, existem outras características que devem ser levadas em consideração quando se trata de definir um território, entre elas, pode-se destacar a capacidade dos atores de estabelecer relações organizadas e a pressão coletiva pela existência de bens públicos e de administrações capazes de dinamizar a vida regional.

A política territorial é assim percebida como um terceiro momento das lutas dos movimentos sociais (precedida pela mobilização e pela afirmação da legitimação social), ecoando um tipo de “ativismo estatal”, baseado na cooperação com a Sociedade Civil (Cavalcanti, *et al*, 2014). Neste artigo iremos utilizar a definição de Territórios do MDA (2016) estabelece que:

Território de Identidade como espaço físico, geograficamente definido, não necessariamente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições; e uma população com grupos sociais relativamente distintos que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão (social, cultural e territorial) e sentimento de pertencimento (MDA, 2016).

Este conceito, que envolve muitas dimensões, não foi suficiente ou adequado para

traduzir a complexidade encontrada nos territórios.

O que se observou é que entre os principais desafios da SDT/MDA foi identificar e constituir territórios, a partir de identidades regionais, como elementos aglutinadores e promotores do desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2016a).

Diante disso, a SDT percebeu a necessidade de mobilizar outras forças sociais – tanto na sociedade civil quanto nas próprias esferas da administração pública – e também das dificuldades políticas e operacionais para realizar esse objetivo. (Cavalcanti, *et al*, 2014).

Enquanto a nível federal a Política de Desenvolvimento Territorial era coordenada e implementada pela SDT, na Bahia esse papel fica a cargo da SEPLAN que nos traz os aspectos que definem um território.

Para a SEPLAN, os aspectos que definem um território a partir de sua identidade são: aspectos culturais que envolvem costumes, religião, folclore, visão de mundo das pessoas ali presentes, além de outros fatos ligados à vida local. Já os aspectos geoambientais dizem respeito a questões que envolvem as características do meio ambiente, a exemplo da fauna e da flora, tipo de vegetação, tipo de solos, rios, preservação ambiental, agroecossistemas e outros. Os políticos se relacionam com o capital social e em como as organizações sociais e outras formas se articulam e das forças sociais no território. Por fim, os aspectos econômicos que são a base produtiva, especialização econômica, conformação dos mercados e fluxos comerciais, produção e distribuição de renda, locais para gerar oportunidades de trabalho e renda, entre outros, são para a Secretaria os que definem um território (SEPLAN, 2016).

Trataremos um pouco sobre a Política de Desenvolvimento Territorial, trazendo o conceito, características e a divisão Territorial na Bahia. A ideia aqui é apresentar como foi criado a política, qual o objetivo dessa divisão e como ela está sendo implantada na Bahia, inclusive com a criação da Lei Nº 13.214 de 29 de dezembro de 2014².

Na Bahia, a política de Desenvolvimento Territorial subsidiada pelas iniciativas da SDT/MDA iniciou as primeiras atividades ainda em 2005, mas foi na primeira gestão do Governo de Jacques Wagner que as ações ganharam força. Isso deu-se através da consolidação dos Territórios de Identidade, buscando maior participação social e integração entre sociedade civil e poder público, formação de instâncias coletivas, tais como os Colegiados Territoriais³, construção e discussão de diversas políticas públicas. Como aquelas voltadas para a agricultura familiar, a exemplo do Programa Nacional de

2 Disponível em: <https://seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/LEGISLACAO/Lei-13.214-de-29-de-dezembro-2014-Politica-Territorial.pdf>

3 O Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável (Codeter) é o conselho que reúne membros da sociedade civil organizada e do poder público com o objetivo de discutir estratégias e de participação social. Atualmente é um fórum composto e consolidado nos 27 (vinte e sete) Territórios de Identidade da Bahia. Trata-se de um espaço de planejamento, cogestão e discussão para implementação e proposição de políticas públicas, programas e projetos governamentais. Cada Território de Identidade possui um colegiado, composto por representantes de organizações da sociedade, e de órgãos e instituições públicas municipais, estaduais e federal. O Codeter tem em geral sua composição paritária com, pelo menos, 50% da sociedade civil organizada e o máximo de 50% do poder público.

Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais – PROINF e do Projeto Bahia Produtiva que é desenvolvido pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional do Estado da Bahia – CAR que tem nas instâncias do Colegiado Territorial uma de suas etapas de seleção de projetos a serem implementados em comunidades rurais.

Na Bahia, a implantação dos Territórios de Identidade acontece com a “divisão” do Estado em 26 (vinte e seis) Territórios de Identidade, hoje são 27⁴ (vinte e sete). Essa nova abordagem de desenvolvimento tem como objetivo identificar oportunidades de investimentos e prioridades temáticas definidas a partir da realidade do território, possibilitando assim o desenvolvimento sustentável e com equilíbrio econômico entre os municípios. (JUNCAL; XAVIER; 2009).

A implementação dos territórios na Bahia ocorreu em 2006 na primeira gestão do Governador Jaques Wagner, e a partir daí o governo passou a adotar os territórios como unidade de planejamento.

A estrutura da política de Desenvolvimento Territorial na Bahia é composta pelos Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial –CEDETER, seguido pelo Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável –CODETER (cada território compõem um Conselho). Na estrutura dos Territórios são formados o Núcleo Diretivo e as Câmaras Temáticas. Outras instâncias de apresentação de propostas e dialogo são os Plano Plurianual Participativo –PPA-P e Conselho de Acompanhamento do PPA –CAPPA.

No caso do Programa Territórios da Cidadania – PTC o MDA junto com a Casa Civil da Presidência da República, formulou uma nova concepção referentes à formulação e à implantação de um conjunto de políticas públicas de desenvolvimento rural: direito e acesso à terra, promoção da igualdade de gênero, fortalecimento econômico e social da agricultura familiar e das comunidades rurais, desenvolvimento territorial.

O PTC foi lançado em 2008, ele se propôs a representar um salto de qualidade em relação ao então vigente programa dos Territórios Rurais ou Territórios de Identidade (Cavalcanti, *et al*, 2014).

Com a criação dos Territórios da Cidadania, os dispositivos de participação – em particular o Colegiado Territorial, já em funcionamento nos territórios rurais, chamados de Territórios de Identidade são mantidos, o que muda agora são as formas de investimentos e articulações realizadas, além disso, como afirma Cavalcanti et al (2014), estes devem agora atuar em função do conjunto das políticas públicas, apresentadas, de forma articulada,

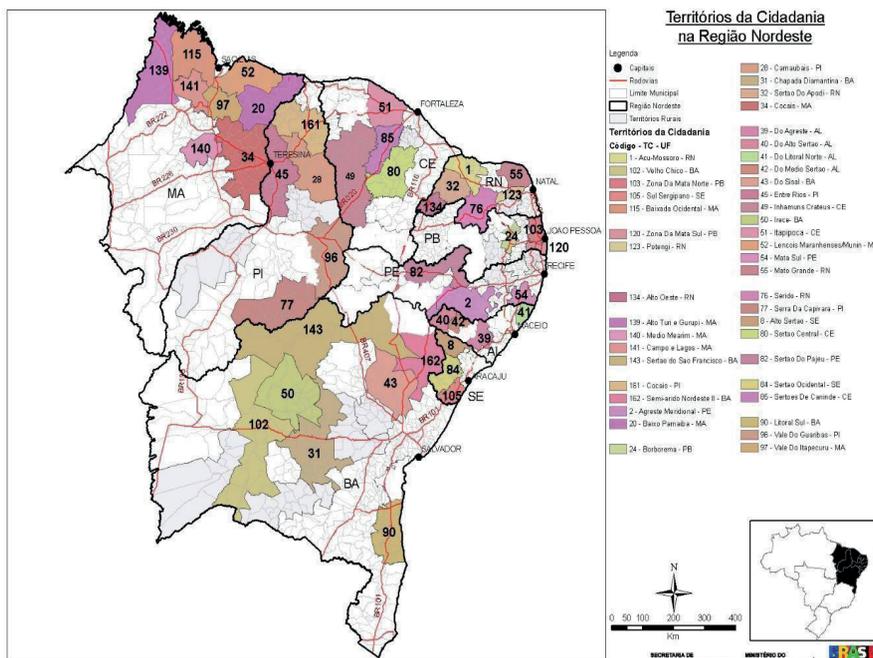
4 Segundo a SEPLAN, os Territórios de Identidade da Bahia foram reconhecidos como divisão territorial oficial de planejamento das políticas públicas do Estado da Bahia em 2010. Neste mesmo ano, algumas mudanças ocorreram na classificação territorial, provocadas pela iniciativa de municípios que não se sentiam mais pertencentes ao território em que estavam inseridos e pelo conjunto de municípios organizados enquanto território, que desejavam realizar mudanças no espaço a que eram referidos. O estabelecimento de novos vínculos e interrelações criaram novas identidades, representadas pelas seguintes modificações: Desmembramento de municípios do Território Extremo Sul e Criação de novo território, denominado Costa do Descobrimento, composto pelos municípios de Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro. Desde então, o extenso território baiano (567.295 Km²) foi dividido em 27 Territórios de Identidade.

como um “cardápio” – a Matriz das Ações – sobre as quais são chamados a acompanhar a implementação, colaborar na gestão e negociar eventuais adaptações.

O Programa Territórios da Cidadania foi criado no segundo mandato do ex-Presidente Lula como parte da chamada agenda social e com o objetivo de superar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia, por meio da estratégia de desenvolvimento rural sustentável. A abrangência do Programa corresponde a um total de 1.852 municípios, o que representa 33% do total de municípios brasileiros, aproximadamente 42,4 milhões de pessoas e 46% da população rural. Em termos de segmentos atendidos, destaca-se que 47% da agricultura familiar, 67% dos assentados da reforma agrária, 66% das comunidades quilombolas, 52% das terras indígenas e 54% dos pescadores habitam esses territórios (BUTTO e BAMERGUY, 2014, p. 32).

Assim, no tocante aos Territórios da Cidadania, tratava-se de uma ação integrada que envolvia diversos os entes da Federação e nessa condição, propiciou inclusive articulações e ações de destaque, a exemplo do enfrentamento às desigualdades de gênero. No caso das políticas para as mulheres, por exemplo, a articulação local em torno da agenda de promoção da igualdade de gênero resultou na criação de 86 comitês territoriais de mulheres. (BUTTO e BAMERGUY, 2014).

Foram implantados 120 (cento e vinte) Territórios da Cidadania no Brasil, sendo que o Nordeste do país concentrava o maior número com 56 (cinquenta e seis) territórios, correspondendo a 47% do total, conforme mapa 1.



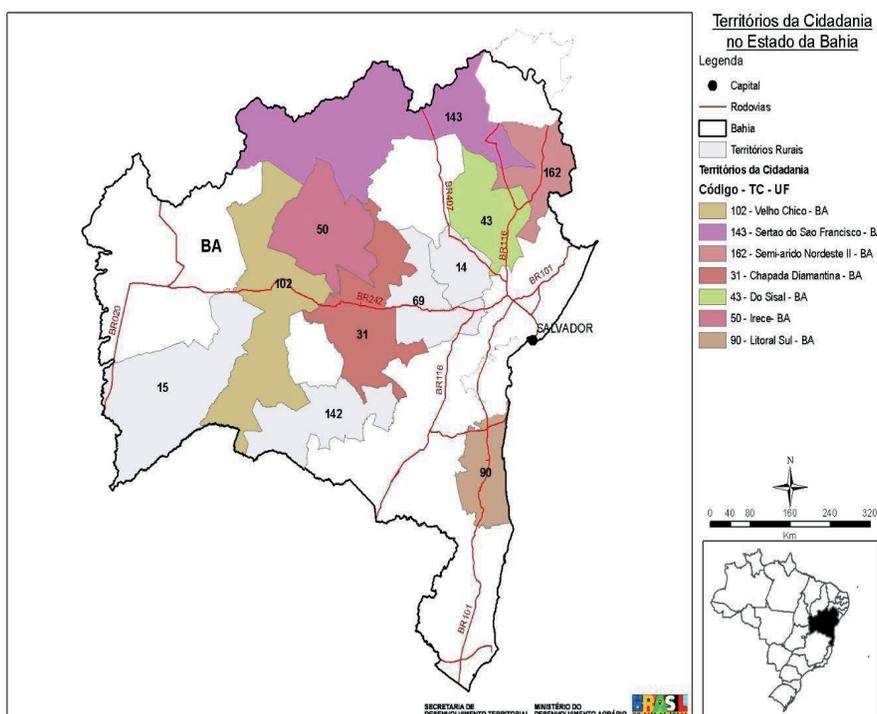
Mapa 1 – Territórios da Cidadania no Nordeste

Fonte: MDA, 2016

O que diferenciava os territórios da cidadania dos territórios de identidade que já haviam sido criados e estavam em funcionamento era a forma e quantidade de investimentos que foram aplicados. Por se tratar de uma ação integrada por diversos ministérios, havia um dinamismo nas ações. Os critérios de elegibilidade e escolha dos territórios para se tornarem da Cidadania se dava a partir da avaliação de dados como os do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, que quanto menor, maior a maior a chance daquele Território.

Os critérios para identificação e atuação como Territórios da Cidadania eram: menor IDH; maior concentração de agricultores familiares e assentados da Reforma Agrária; maior concentração de populações quilombolas e indígenas; maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família; maior número de municípios com baixo dinamismo econômico; maior organização social; pelo menos um território por estado da federação.

Na Bahia foram implementados oito Territórios da Cidadania (Mapa 2), sendo eles: Velho Chico, Irecê, Sisal, Semiárido Nordeste II, Chapada Diamantina, Litoral Sul e Sertão do São Francisco. Além do Território de Itaparica que faz divisa com o Estado de Pernambuco e, portanto, ficou contabilizado por esse Estado.



Mapa 2 – Território da Cidadania na Bahia

Fonte: MDA, 2016.

Estes territórios foram escolhidos entre os 27 (vinte e sete) Territórios de identidade da Bahia em função dos critérios acima elencados. Atualmente pouco se fala sobre o PTC e essa denominação praticamente entrou em desuso, e esses territórios voltaram a ser denominados de Territórios de Identidade como os outros dezoito do Estado.

3. AS INSTÂNCIAS COLEGIADAS - OS COMITÊS TERRITORIAIS DE MULHERES

Para iniciarmos este capítulo, trataremos do conceito de gênero que foi incorporado pelo feminismo e pela produção acadêmica sobre mulheres nos anos 1970 e, desde então, tem sido interpretado de formas distintas por diferentes correntes do feminismo. Segundo Marília Carvalho, o uso ainda hoje mais frequente do conceito é o proposto pelo feminismo da diferença. (FARAH, 2017).

As discussões de gênero perpassam pelo empoderamento das mulheres, sendo esse conceito consolidado em Conferências Internacionais⁵ realizadas na década de 90, com a contribuição de movimentos de mulheres. Assim o empoderamento das mulheres “representa uma maneira inovadora de enfrentar as desigualdades de gênero existentes tanto na esfera pública quanto na privada” (HEILBORN; ARAÚJO; BARRETO, 2010).

O conceito de gênero é utilizado para explicar muitos dos comportamentos de mulheres e homens na sociedade, ajudando a compreender grande parte dos problemas e dificuldades que as mulheres enfrentam no trabalho, na vida política, na sua vida sexual e reprodutiva e também na família. Portanto, o conceito de gênero se refere às relações entre mulheres e homens, mulheres e mulheres, homens e homens.

A produção de nossa existência tem bases biológicas que implicam a intervenção conjunta dos dois sexos, o macho e a fêmea. A produção social da existência, em todas as sociedades conhecidas, implica por sua vez, na intervenção conjunta dos dois gêneros, o masculino e o feminino. Cada um dos gêneros representa uma particular contribuição na produção e reprodução da existência (CARLOTO, 2016).

É importante destacar que a pauta do movimento de mulheres vem na luta por igualdade de direitos entre homens e mulheres, seja no mercado de trabalho ou nas atividades domésticas, ou seja, equidade tanto no trabalho produtivo quanto reprodutivo. Visto que no geral, as jornadas de trabalho das mulheres é bem mais extensa que a dos homens (já que a maioria tem dupla ou tripla jornada).

Como buscar diminuir essas desigualdades, como fazer com que homens e mulheres tenha os mesmos direitos, o mesmo reconhecimento e recebam salários iguais aos dos homens para desenvolver trabalho idêntico, ou ainda que as mulheres possam acessar políticas públicas em termos de igualdades com os homens, são algumas das lutas

5 A realização de conferências internacionais (México, 1975; Copenhague, 1980; Nairóbi, 1985; e Beijing, 1995) e a assinatura de tratados, acordos, protocolos ou convenções, criam importantes formas de apoio para enfrentar o problema das desigualdades de gênero. (PRÁ; EPPING, 2017).

do movimento feminista e de mulheres.

A pauta do movimento de mulheres tem como principal enfoque os direitos de cidadania – a representação política das mulheres nas organizações do Estado e da sociedade civil; o problema da violência intrafamiliar; o tema do desenvolvimento sustentável; e a luta pela soberania alimentar entendida como garantia do direito dos povos a comer, cultivar, comercializar e preparar alimentos com autonomia, de modo a atender às suas necessidades locais (HEILBORN et al., 2010 a).

Ao buscarmos envolver a luta de mulheres no contexto da política de desenvolvimento territorial e ao mesmo tempo com a participação nos movimentos sociais, requer uma articulação bastante consistente, que consiga reunir mulheres urbanas e rurais de diferentes segmentos. Pacheco afirma que:

O desenvolvimento da agricultura familiar, a partir de uma abordagem de gênero, tem um importante significado político, econômico e social, uma vez que este tipo de produção incorpora, do ponto de vista estrutural, o trabalho de homens e mulheres. Mas, partindo desta perspectiva, é necessário também levar em conta que a condição de “membro não remunerado da família” expressa uma desigualdade de gênero. (PACHECO, 1997, p. 32)

Para falar da articulação entre as relações de gênero e o desenvolvimento territorial é importante considerar que a noção de desenvolvimento territorial é uma construção social – resultado de uma prática social onde interesses distintos entram em cena. Trata-se não apenas de interesses econômicos presentes nas relações entre classes sociais, mas também de interesses e demandas de diferentes segmentos sociais (BUTTO, 2014).

Ao longo de dez anos (2003-2013) durante os governos de Lula e Dilma houve um avanço significativo no acesso à política pública para mulheres. No entanto, havia obstáculos que dificultavam o acesso das mulheres às políticas de desenvolvimento rural. Diante disso, o MDA por meio da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais, em parcerias com duas organizações sociais de base feminista – a Sempre Viva Organização Feminista (SOF) e o Centro Feminista 8 de Março (CF8) passaram a desenvolver dois projetos que tinham como objetivo a formação e organização das Mulheres nos Territórios da Cidadania de todo o país (BUTTO, *et al*, 2014).

Ainda citando Butto, (2014) desde a implementação dos Territórios da Cidadania no país foram criadas e fortalecidas estruturas de governo voltadas às políticas para as mulheres, como DPMP que combina iniciativas desde a esfera governamental com respostas a demandas dos movimentos sociais.

Dentre essas ações, estava o Projeto Mulheres e Autonomia desenvolvido pelo CF8, uma Organização Não-Governamental que surgiu em março de 1993, com sede em Mossoró no Rio Grande do Norte e foi a responsável pela implantação do Projeto no Nordeste (exceto no Estado do Maranhão). Entre as atividades previstas estava a implantação ou fortalecimento de instâncias de Mulheres na estrutura dos Colegiados Territoriais. Para

ajudar nesses processos foram contratadas profissionais (que tiveram como critério de seleção, serem residentes nos territórios, ou próximos deles, o que facilitaria o acesso e o desenvolvimento dos trabalhos) mulheres denominadas de Educadoras Populares que assumiram dois territórios para o desenvolvimento das ações previstas no projeto⁶.

Trabalhar a educação popular por meio de ações de formação e articular os diferentes atores locais demonstra o potencial do projeto que, aliado com a perspectiva da abordagem territorial adotada pelo PTC, conseguiu efetivar Comitês de Mulheres em 80 dos 86 territórios abrangidos pelas atividades desenvolvidas. Além disso, o projeto promoveu um amplo processo de difusão das políticas públicas, facilitando maior condição de participação e tomada de decisão das mulheres na unidade de produção familiar e nos Colegiados Territoriais.

Na Bahia foram sete territórios com quatro educadoras populares atuando, sendo: uma para os territórios Velho Chico e Irecê, uma para o Sisal e Semiárido Nordeste II e três territórios ficaram sob a responsabilidade de duas educadoras: Chapada Diamantina, Litoral Sul e Sertão do São Francisco. Sendo as atividades desenvolvidas entre os anos de 2009 e 2010. Os municípios que compõem os territórios são apresentados na tabela 1.

6 Meta 1: Realizar um levantamento de dados capaz de avaliar o acesso das mulheres às políticas públicas e diagnosticar os possíveis avanços e entraves destas políticas. **Atividade 1:** Elaboração de diagnóstico das políticas públicas para as mulheres nos territórios da cidadania (21 questionário por território); **Meta 2:** Desenvolver um plano de formação e capacitação com mulheres rurais capaz de potencializar a atuação das mulheres para o acesso às políticas públicas. **Atividades 2 (uma oficina temática por território).** - Oficinas nos territórios da cidadania sobre a temática de gênero, reforma agrária e direito à terra com ênfase no crédito especial para as mulheres da reforma agrária; - Oficina sobre o programa de Organização produtiva: assistência técnica, produção e comercialização. **Atividades 2:** Oficinas nos territórios da cidadania sobre políticas territoriais e as relações de gênero; Seminários estaduais de capacitação para Rede de Assistência Técnica sobre Gênero, Direito à Terra e Assistência Técnica e demais políticas; Seminário estadual de formação (1º e 2º módulo) sobre políticas públicas e elaboração de projeto; Oficina sobre metodologia de formação e qualificação de mulheres educadoras para parceiros do PNDR. **Meta 3:** Construir um processo de difusão em torno das políticas do MDA para a inclusão das mulheres nas dinâmicas dos territórios da cidadania e proporcionar o acesso às políticas sociais de agricultores familiares e técnicos em agroecologia. **Atividades 3:** Reunião para construção dos comitês territoriais de mulheres nos territórios da cidadania e participação da dinâmica dos territórios; **Atividades 3:** Campanha de divulgação das políticas públicas direcionadas para as mulheres; Reunião com o comitê gestor do programa de documentação e organização produtiva; Realização de ações educativas através do programa de documentação. **Meta 4:** Programar uma estrutura de gestão e acompanhamento das atividades do projeto garantindo a participação em três níveis. **Atividades 4:** Reunião regional trimestral de formação para equipe técnica; 3 Reuniões de formação feminista junto a equipe técnica da SOF; **Atividades 4:** Visitas técnicas de acompanhamento as atividades; Um seminário nacional de avaliação e lançamento dos produtos em Brasília; Estrutura de sistematização das atividades do convênio.

Território	Municípios
Irecê	América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Ipuiara, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, Uibaí, São Gabriel, Xique-Xique.
Velho Chico	Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina, Morpará, Muquém do São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho, Sítio do Mato.
Chapada Diamantina	Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iramaia, Iraquara, Itaetê, Jussiape, Lençóis, Marconi Iliousoza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga, Wagner.
Sisal	Araci, Barrocas, Biritinga, Candéala, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serinha, Teofilândia, Tucano, Valente..
Litoral Sul	Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Marau, Mascote, Pau-Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Uma, Uruçuca.
Sertão do São Francisco	Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho, Uauá.
Semiárido Nordeste II	Adustina, Antas, Banzaê, Cícero Dantas, Cipó, Coronel João Sá Euclides da Cunha, Fátima, Heliópolis, Jeremoabo, Nova Soure, Novo Triunfo, Paripiranga, Pedro Alexandre, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida, Sítio do Quinto.

Quadro 1 – Municípios que compõem os Sete Territórios de Identidade

Fonte: SEI, 2021.

Ao analisarmos a população dos territórios estudados que totaliza 3.402.158 habitantes (tabela 2), sendo o Território com maior população o Litoral Sul e de menor população o Velho Chico, observa-se que no que se refere a quantidade de homens e mulheres temos uma ligeira diferença que corresponde a 49,99% de mulheres e 50,01% de homens. Porém, se formos analisar a presença das mulheres em espaço representativos, como é o caso dos Colegiados Territoriais, observa-se que esse percentual não se reflete na participação.

Território	Mulheres	Homens	Total
Semiárido Nordeste II	203.538	204.390	407.928
Irecê	199.902	202.926	402.828
Sertão do São Francisco	247.221	247.210	494.431
Velho Chico	181.676	188.419	370.095
Sisal	290.582	291.747	582.329
Chapada Diamantina	185.560	186.304	371.864
Litoral Sul	392.233	380.450	772.683
TOTAL	1.700.712	1.701.446	3.402.158

Tabela 1 – População de Homens e Mulheres em 2010 – Territórios da Cidadania na Bahia

Fonte: SEPLAN, 2021

Nesses territórios, as diferentes visões do que é o desenvolvimento rural são apresentadas e negociadas em instâncias paritárias entre Estado e sociedade civil, chamadas de Colegiados Territoriais (BUTTO, 2014).

Os Colegiados Territoriais como instrumentos que discutem, propõem e acompanham a implementação de políticas públicas e programas governamentais, sendo composto por representantes dos órgãos públicos e da sociedade civil organizada, tem na sua estrutura um Plenária Territorial como instância máxima de decisão, Núcleo Diretivo eleito pelo Plenária, e as Câmara Temáticas ou Grupo de Trabalhos que envolve atores e atrizes de diferentes segmentos, a exemplo da saúde, educação, cultura, segurança, juventude, economia solidária, entre outros. Porém, dentro da estrutura dos Colegiados, observou-se que havia uma baixa representação das mulheres.

Com a implementação de ações voltadas para as mulheres por meio de ações de projetos como o aqui estudado: Mulheres e Autonomia, ocorreu no Brasil a criação de 80 Comitês Territoriais de Mulheres, visando trazer a voz ativa e as demandas das mulheres para as ações nos Territórios.

Após a finalização da primeira etapa do ações dos projetos que formaram estes GT, foi realizado o I Encontro Nacional de Comitês de Mulheres no 2010. Segundo Butto (2014):

o referido encontro, promovido pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial e a Diretoria de Políticas para as Mulheres, priorizou o debate sobre o processo de constituição e organização dos Comitês Territoriais de Mulheres e as estratégias desenvolvidas para o seu fortalecimento e a sua interface com as principais ações da política de desenvolvimento territorial - o planejamento, e o apoio à inclusão produtiva, por meio das bases de serviço e do Programa de Apoio à Infraestrutura e Serviços – o Proinf. Além disto, estabeleceu-se a interface do fortalecimento destas instâncias territoriais com as políticas para as mulheres: organização produtiva, crédito, ATER, comercialização e o Programa de Documentação da Trabalhadora Rural. Anteriormente à parceria, constatou-se que várias organizações e grupos produtivos de mulheres rurais estavam participando dos Colegiados Territoriais mas apenas

uma parte havia constituído comitês de mulheres. As mulheres denunciavam as resistências que encontravam à sua participação por parte dos homens das instâncias colegiadas. Resistência presente, também, entre os próprios assessores territoriais e estaduais.

O objetivo dos GT de Mulheres é de discutir, mobilizar, apresentar e em algumas situações contribuir na implementação de políticas públicas e programas governamentais. Além disso, a ideia é que essas mulheres que compõem as Câmaras Temáticas sejam capacitadas e sejam multiplicadoras das informações nos seus municípios e nas suas comunidades.

4 . OS COMITÊS DE MULHERES FORMADOS NA BAHIA – SITUAÇÃO ATUAL

Na construção e/ou fortalecimento dos GT que tinha como objetivo a inserção das mulheres na dinâmica dos territórios, em especial nas reuniões dos Colegiados territoriais, visando à inclusão da demanda das mesmas, foi utilizada metodologia participativa, que trazia temas como para discussão e reflexão das mulheres, como o curta Vida Maria⁷ que retrata a opressão das mulheres sendo tratada de geração em geração. Outro tema tratado foi a Política de Desenvolvimento Territorial, em especial sobre territórios da cidadania, políticas públicas territoriais para as mulheres e uma discussão sobre a importância da organização das mesmas na dinâmica dos territórios⁸.

No ato de formação dessas instâncias aconteceu uma discussão sobre a importância da formação do Comitê Territorial de Mulheres e com a apresentação de questões: Como deveria ser a composição do comitê? Como deveria funcionar o comitê? Deveria ter uma coordenação? E o que deveria ser discutido nas reuniões do comitê?

Nas atividades para formação dos GT houve a participação de mulheres trabalhadoras rurais, quilombolas, assentadas da reforma agrária, assistentes sociais e entidades parceiras (a exemplo da Federação do Trabalhadores na Agricultura no Estado da Bahia – FETAG/BA, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado da Bahia – FETRAF/BA e de representantes de órgãos públicos como a Empresa Baiana De Desenvolvimento Agrícola - EBDA⁹).

Para apontar e analisar a atual condição dos GT de Mulheres juntos aos setes Territórios aqui estudados, foi questionado junto aos territórios, por meio de alguma representante do GT de Mulheres, (somente 5 deram retorno) sobre o funcionamento atual da instância. Foi verificado se ainda existe a instância de mulheres, visto que o Projeto foi implantado em 2009/2010 e muitas mudanças poderiam ter ocorrido. Nos territórios estudados por este artigo, há comitês formados e em funcionamento.

Para aqueles territórios que não foi possível obter a informação de forma direta,

7 Vídeo disponível Youtube: https://www.youtube.com/watch?v=yFpoG_htum4.

8 Informações coletadas em relatórios de Formação dos Comitês de Mulheres disponibilizados pelo CF8

9 A EBDA foi extinta em 2015 dando lugar a Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural – Bahia-ter, órgão ligado à Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia – SDR.

realizamos consultas ao Plano de Desenvolvimento Sustentável – PTDS de cada Território, visando buscar informações acerca da instância de Mulheres.

São diversas as denominações que existem para a instância, que varia desde Comitê de Mulheres, Câmara Temática e Grupo de Trabalho de Mulheres, mas que atuam com o mesmo objetivo: inserir nas discussões e ações dos Colegiados Territoriais a pauta e as demandas das Mulheres.

As instâncias de mulheres foram criadas entre os anos de 2009 e 2010, somente no caso do Território de Irecê, que de acordo as informações contidas no PTDS, desde 2006 existe o Grupo de Trabalho de Mulheres, sendo portanto, fortalecido com a implementação do Projeto Mulheres e Autonomia.

Os comitês, no geral, se reuniam em duas ocasiões, ou mediante demanda visando discutir algum tema de interesse das mulheres ou por convocação do Colegiado Territorial para ações específicas da Política de Desenvolvimento Territorial. Em função da pandemia, não tem havido reuniões dessa instância. Em alguns territórios, identifica-se a participação ativa das mulheres na dinâmica do CODETER.

Em relação à composição dos GT de Mulheres verificou-se que alguns deles são compostos somente por representantes da sociedade civil, outros com composição paritária, ou seja, 50% de representantes da sociedade civil e 50% do poder público. Tem aqueles ainda que a composição é de 1/3 de representantes do poder público e 2/3 da sociedade civil. Algumas dessas instâncias estão em processo de reformulação, podendo nesse caso, haver alteração nessa composição.

Entre os avanços alcançados, destaca-se a inserção de demandas das mulheres nos PTDS, a exemplo do plano do Território do Litoral Sul que traz o seguinte trecho: Mulheres , Gênero e diversidade: - Promover autonomia social e econômica da mulher; - Promover o fortalecimento e integração das ações de assistência e de prevenção à violência (PTDSS, 2021).

O Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território do Sisal traz entre as suas ações estratégicas, várias atividades que envolve diretamente as mulheres, entre elas, pode-se destacar: Desenvolver ações para inserção e permanência das mulheres no mercado de trabalho e promover ações para mobilização territorial de incentivo a maior participação das mulheres na gestão das cooperativas e associações em especial no cooperativismo de crédito (PTDSS, 2021a).

Outro exemplo é o do Território Chapada Diamantina que apresenta em seus PTDSS algumas demandas das mulheres, tais como: Garantir a oferta e acesso a documentação para 100% das mulheres da cidade e do campo; Assegurar a efetivação das políticas públicas para mulheres (PTDSS, 2021b).

No PTDSS do Território Velho Chico são trazidas as seguintes questões: Reconhecer as mulheres como agentes participativos no processo de preservação do meio ambiente. Além disso, possibilitar a produção cultural das mulheres dando visibilidade a história de

vida delas e ainda promover uma maior articulação para que as mulheres tenham acesso a políticas públicas específicas (PTDSS, 2021c).

O plano do Território de Irecê nos apresenta a Consolidação do GT Mulheres (Câmara Técnica no âmbito do Colegiado) como uma potencialidade, e traz nos objetivos a promoção de etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude através da organização produtiva e econômica e da garantia do acesso à terra (PTDSS, 2021d).

Já o PTDSS do Território Semiárido Nordeste II, apresenta entre seus objetivos a garantia de inclusão sócio-produtiva das mulheres e jovens do campo e o Empoderamento e qualificação dos grupos de produção de para acessar as políticas públicas (PTDSS, 2021e).

No Território Sertão do São Francisco - TSSF, o plano apresenta que fortalecer o protagonismo da juventude e da mulher na formulação e efetivação das políticas públicas, permitindo viver dignamente no campo, com lazer, cultura, organização social, trabalho, segurança pública, educação, acesso à terra, água e a produção agroecológica apropriada está entre seus objetivos. Já fortalecer o movimento agroecológico com base no reconhecimento do papel das mulheres na agroecologia nos 10 (dez) municípios que compõem o TSSF é uma das metas para alcançar o objetivo proposto.

Além disso, observa-se que as mulheres têm participado de forma mais ativa nas decisões do Colegiado Territorial, acessado as políticas públicas em maior número e conquistado autonomia social, política e econômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No atual cenário a política de Desenvolvimento Territorial no Brasil, implantada pela SDT/MDA sofre com a falta de investimentos e conseqüentemente desarticulação em todo o país. Na Bahia temos uma frente que ainda resiste. Em função da Lei aprovada no Estado e das ações do Governo como a regionalização tendo como base a divisão territorial.

No que se refere as mulheres na política de Desenvolvimento Territorial, percebe-se que houve muitos avanços tanto nas discussões relacionadas a temas caros, como a violência contra as mulheres, acesso a políticas públicas e serviços, divisão sexual do trabalho, conquista de autonomia econômica, social, política e financeira, tem ocorrido. E os comitês de mulheres presentes na instância do Colegiado Territoriais podem ter contribuído para esses avanços.

Entende-se que ainda há um longo caminho a ser percorrido buscando dar visibilidade e equidade às mulheres no que se refere a política de desenvolvimento Territorial na Bahia, mas a constituição e funcionamento dos Comitês, foi sem dúvida um passo importante nesse processo de voz ativa das mulheres. Prova disso, são as muitas demandas presentes nos PTDSS dos setes territórios analisados por esse artigo.

Diante disso, afirma-se que o Projeto Mulheres e Autonomia teve papel importante ao

criar ou fortalecer os GT de Mulheres no Territórios da Cidadania, pois foi a partir disso que houve um despertar em alguns territórios e em algumas mulheres de estarem presente nos Colegiados Territoriais. Uma outra questão que se apresenta é que a partir do momento de saída desse apoio, isso dificultou a atuação tão efetiva dos GT, já que o projeto dispunha de recursos para apoiar com alimentação, deslocamento e hospedagem para representantes da sociedade civil, não havendo mais essa disponibilidade de recursos, algumas mulheres tiveram dificuldades de manter a sua participação.

Por isso, é necessário e urgente (logo após o processo de pandemia) que as instituições e os próprios representantes dos Colegiados, busquem meios de fazer com que essas mulheres tenham sua participação garantida, inclusive com a disponibilidade de recursos financeiros que visem garantir essa participação.

Por outro lado, não temos a ilusão que a formação de um GT dê conta de apresentar e discutir todas as demandas, porém o fortalecimento de instâncias como essa devem ser incentivadas e fortalecidas, para que as mulheres possam ocupar espaços de representatividade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Representatividade e inovação**. In: **Anais SEMINÁRIO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**, 1., 2005, Brasília. Disponível em: www.econ.fea.usp.br/abramovay/outros_trabalhos/2005/CONDRAF_25_08_05.doc> Acesso em: 20 mai. 2021.

BUTTO, A.; BEMERGUY, E. A Cidadania nos Territórios: o olhar da Coordenação Executiva do Programa Territórios da Cidadania sobre o Estado e as mudanças na Agenda de Desenvolvimento Nacional. In: CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. B.; NIEDERLE, P. A. (Orgs.). **Participação, território e cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil**. Recife: Editora UFPE, 2014.

BAHIA (Estado). Secretaria do Planejamento (SEPLAN). **Política territorial**. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=51>. Acesso em: 08 mai. 2021.

CAVALCANTI, Josefa Salete B.; NIEDERLE, Paulo André; RAYNAUT, Claude; FERREIRA, Angela D. D. (Orgs.). **Lá no território: um olhar cidadão sobre o programa territórios da cidadania**. 1. ed. Recife: UFPE, 2014. v. 1. 205p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **A agricultura familiar**. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/>. Acesso em 12 jul. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. **A agricultura familiar**. MDA, 2015. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/saf/index.php?ctuid=9814&scoid=283>. Acesso em 04 mar. 2016a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. **Dados da Agricultura Familiar**. MDA, 2015. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/saf/>. Acesso em: 05 mar. 2016b.

BUTTO, A.; FARIA, N.; HORA, K.; DANTAS, C.; NOBRE, M. (org.). **Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014. 132p.

CARLOTO, C. M. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. **Serviço Social em Revista**, v. 3, n. 2, Jan./Jun. 2001. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v3n2_genero.htm. Acesso em: 12 maio 2016.

FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p. 47-71, jan./abr. 2004. Doi: 10.1590/S0104-026X2004000100004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100004>. Acesso em: 30 out. 2017.

HEILBORN, M. L.; ARAUJO, L.; BARRETO, A. **Gestão de políticas públicas em gênero e raça**. GPP: módulo II. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Política para as Mulheres, 2010.

JUNCAL, B.; XAXIER, T. Os Territórios de Identidade da Bahia. **Bahia de Todos os Cantos**, ano 1, set. 2009.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Sistemas de produção: uma perspectiva de gênero. **Revista Proposta**. Rio de Janeiro, v. 25, n. 71, p. 30-38, dez./fev. 1997.

PTDSS – **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário – Território Litoral Sul**. Disponível em: <https://seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/PUBLICACOES_TERRITORIAIS/Planos-Territoriais-de-Desenvolvimento-Sustentavel-PTDS/2018/PTDSS_Litoral_Sul_versao_3.pdf>. Acesso em 08 mai. 2021.

PTDSS – **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário – Território do Sisal**. Disponível em: <https://seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/PUBLICACOES_TERRITORIAIS/Planos-Territoriais-de-Desenvolvimento-Sustentavel-PTDS/2018/PTDS_Territorio_Sisal.pdf>. Acesso em 08 mai. 2021a.

PTDSS – **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário – Território Chapada Diamantina**. Disponível em: <https://seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/PUBLICACOES_TERRITORIAIS/Planos-Territoriais-de-Desenvolvimento-Sustentavel-PTDS/2018/PTDRSS_2016_Chapada_Diamantina_Final.pdf>. Acesso em 08 mai. 2021b.

PTDSS – **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário – Território Velho Chico**. Disponível em: <https://seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/PUBLICACOES_TERRITORIAIS/Planos-Territoriais-de-Desenvolvimento-Sustentavel-PTDS/2018/PTDS-Territorio_Velho_Chico.pdf>. Acesso em 08 mai. 2021c.

PTDSS – **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário – Território Irecê**. Disponível em: <https://seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/PUBLICACOES_TERRITORIAIS/Planos-Territoriais-de-Desenvolvimento-Sustentavel-PTDS/2018/PTDRS_TI_Irece.pdf>. Acesso em 08 mai. 2021d.

PTDSS – **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário – Território Semiárido Nordeste II**. Disponível em: <https://seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/PUBLICACOES_TERRITORIAIS/Planos-Territoriais-de-Desenvolvimento-Sustentavel-PTDS/2018/PTDSS_NE_2_280917.pdf>. Acesso em 08 mai. 2021e.

PTDSS – **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário – Território Sertão do Francisco.** Disponível em: <https://seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/PUBLICACOES_TERRITORIAIS/Planos-Territoriais-de-Desenvolvimento-Sustentavel-PTDS/2018/PTDS_Territorio_Sertao_do_Sao_Francisco.pdf>. Acesso em Acesso em 08 mai. 2021f.

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica.** Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990. Disponível em: <<https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/categoriautilanalisehistorica.pdf>>. Acesso em 07 jul. 2021

SEI - **Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.** - Disponível em: <https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2289&Itemid=265>. Acesso em 08 mai. 2021.